
Letramento Midiático: Uma Prática Para Promoção da Cidadania¹

Alice Gonzalez²

Desirèe Assis³

Emanuele Almeida⁴

Giullia Colombo Caporrino⁵

Lorrana Marino⁶

Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior⁷

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

RESUMO

Buscamos neste trabalho realizar uma discussão sobre a importância e as definições do letramento midiático. Por meio de uma revisão bibliográfica apontamos o desdobramento do jornalismo e sua relevância no contexto contemporâneo como prática social, ao mesmo tempo em que definimos quais as mudanças tornaram o letramento midiático uma ferramenta importante para que os indivíduos tenham, por meio da comunicação, a compreensão e a realização de sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; jornalismo; informação; letramento midiático; cidadania.

Introdução

A cidadania, direitos e deveres que tornam um indivíduo cidadão perante seus semelhantes, é tema de diversas abordagens filosóficas e teóricas, desde as discussões políticas da Grécia Antiga, até as definições de Norberto Bobbio e sua “Era dos Direitos”

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, e-mail: alice.gonzalez@unesp.br

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, e-mail: desiree.assis@unesp.br

⁴ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, e-mail: emanuele.s.almeida@unesp.br

⁵ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, e-mail: giullia.colombo@unesp.br

⁶ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, e-mail: lorrana.marino@unesp.br

⁷ Orientador do trabalho. Professor Bolsista do Curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista, Unesp/Bauru, e-mail: carlos.jr@unesp.br

(2004), busca-se compreender como as pessoas passam a integrar o todo social, partilhar de suas decisões e estar aptos para a participação na vida pública.

A primeira classificação dos direitos veio de Marshall (1967) que apontou os direitos civis e políticos conquistados nos séculos XVIII e XIX como sendo de uma primeira geração e os direitos sociais do século XX, ligados a uma segunda geração.

De acordo com Bobbio, posterior a Marshall porém coadunando com seu pensamento inicial, os direitos são constituídos dentro de contextos históricos. O autor chama atenção para a possibilidade de outras gerações: uma terceira, indefinida, mas ligada aos direitos de solidariedade, exemplificada pelos direitos ecológicos; passando, por fim, a uma quarta geração dos direitos ligados ao patrimônio genético de cada indivíduo e a bioética (BOBBIO, 2004, p. 9).

Independente de sua qualidade, tratam-se de direitos que validam aquilo que podemos compreender como uma espécie de cidadania plena a qual todos indivíduos deveriam ter acesso.

Fazendo uma breve, mas importante, viagem da Europa ao Brasil, encontramos nos estudos da professora Cicilia Peruzzo, a ideia do direito à comunicação, em especial à comunicação comunitária, como forma do estabelecimento de equidades com relação ao *poder de comunicar*, ideia que abarca a necessidade de formulação de políticas públicas para que seja estabelecido o:

(...) direito de acesso do cidadão e de suas organizações populares representativas ao poder de comunicar, ou seja, ao acesso também aos canais de comunicação massivos e eletrônicos na condição de emissores de conteúdos próprios e de gestores autônomos de meios a serviço das “comunidades” e dos movimentos populares (PERRUZZO, 2009, p. 37).

Se a professora Perruzzo se atenta ao direito à comunicação, busca também na materialidade social as possibilidades para a concretude dele, levando em consideração a realidade e o contexto brasileiro, por isso, aponta que a educomunicação, ou como veremos, o letramento midiático, tem uma forte participação no estabelecimento desse direito.

Seja para o aprendizado técnico necessário na produção dos conteúdos, seja para a interpretação correta daquilo que nos é disponibilizado, a educação midiática se mostra uma chave:

(...) o exercício do direito à comunicação comunitária já se entrelaça aos modos de educação informal (processada no dia-a-dia e por meio

das práticas no âmbito da comunicação) e o não-formal (participação em treinamentos, oficinas propiciadas por instituições) que ocorrem no contexto das lutas sociais e possibilitam rico processo de educomunicação. Mas resta a demanda para se repensar a educação formal: até quando a escola vai garantir somente a alfabetização da escrita e a leitura textual? Na perspectiva de assegurar o direito de cidadania à educação, há que se levar em conta que os meios de comunicação também, informalmente, educam, mas praticam linguagens diferentes. Assim, é preciso saber lê-los, interpretá-los, dominar os seus códigos, além de saber manusear os modos como operam. Entre as melhores maneiras de conhecer o funcionamento dos meios de comunicação com um todo, seu poder de influência e as possibilidades de manipulação das mensagens, destaca-se a práxis da mídia, ou seja, a execução de projetos concretos de comunicação e a reflexão sobre esses (PERRUZZO, 2009, p. 39).

É pensando neste contexto de aplicação da educação midiática que faremos nas próximas páginas uma discussão sobre como a necessidade do exercício deste direito se torna cada vez mais essencial e urgente em nossa sociedade contemporânea. Isso porque, as pessoas estão sendo cada vez mais influenciadas pelo fenômeno da desinformação que vem se alastrando por meio das redes sociais e de portais da internet.

Se utilizando de estruturas semelhantes à de sites e conteúdos noticiosos, os difusores das *fakenews* aproveitam da credibilidade da prática jornalística, para difundir informações falsas e confundir deliberadamente os indivíduos, tornando-se assim, elementos nocivos à democracia e consecutivamente à cidadania, por isso, vale a pena investirmos em ferramentas que auxiliem na compreensão do que de fato são os conteúdos noticiosos e de credibilidade.

As Transformações do Jornalismo e a Sociedade da Informação

O fornecimento de informações, em especial aquelas que buscam a veracidade por meio da verificação e têm como caráter de justificação social a fiscalização dos poderes políticos, das empresas e das famílias, é realizado, principalmente pela imprensa, por meio do jornalismo.

O surgimento do jornalismo e seus registros históricos, pesquisados por Lage (2001), mostram que os jornais mais antigos publicados de forma periódica surgiram na Alemanha, em 1609.

Esse início, segundo o autor, se deu por questões comerciais, motivadas pelo mercantilismo, o qual tornou necessário tanto o registro como a comunicação de dados comerciais, o que acabou por concentrar as populações nas cidades e compor o quadro em que se formariam os poderes nacionais e o próprio sentimento de nacionalidade.

Dessa forma, foram criadas condições para que a imprensa se desenvolvesse e que se descobrisse “a imensa potencialidade do texto escrito como instrumento de propaganda e informação” (LAGE, 2001, p. 12).

Os estafetas, antigos entregadores de correspondência comuns no território europeu, deixaram de ser apenas mensageiros privados ou oficiais e formaram os primeiros serviços postais públicos da Europa do século XVI, sendo responsáveis por levarem, de um centro a outro, notícias, ideias e jornais.

Em um curto intervalo de tempo a imprensa periódica se espalhou por outros lugares do continente europeu, demonstrando existir uma “necessidade social difusa” por essas informações, já que esses conteúdos abordavam raramente os assuntos locais, mas continham uma gama de informações sobre assuntos comerciais, problemas políticos que afetavam o comércio e notícias do estrangeiro (LAGE, 2001, p. 13).

A burguesia ascendente utilizava os jornais como forma de difundir os ideais de livre comércio, mas a resposta vinda da aristocracia veio na forma de regulamentos de censura e até mesmo edição de jornais oficiais ou oficiosos.

Pouca ou nenhuma autonomia e liberdade eram concedidas aos jornalistas pelo poder político da época, algo que ainda viria a se repetir outras vezes na história. Mas, fortalecido pela luta por liberdade de expressão do pensamento, defendida junto a outras liberdades pretendidas pela burguesia, o jornal tornou-se com o passar do tempo um instrumento de luta ideológica.

Nesse momento, o jornalismo pode ser encarado como aquilo que Fidalgo (2006, p. 64) aponta como uma “semi-profissão ou “profissão inacabada”, já que:

(...) no princípio não havia um mercado de trabalho autónomo para os jornalistas porque, muito simplesmente, não havia uma atividade autónoma, a que se reconhecesse importância e se conferisse valor (valor social, económico, cultural), ligada à procura, recolha, tratamento, edição e difusão de notícias – de informação (FIDALGO, 2006, p.64)

“O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX” (TRAQUINA, 2005, p.33). Segundo o autor, o jornalismo teve uma vertiginosa expansão no século XIX, o que permitiu a criação de novos empregos nos jornais além de fazer com que a atividade ganhasse um novo objetivo, “fornecer informação e não propaganda” e com isso os jornais passam a distribuir um novo produto, “as notícias, baseadas nos fatos”, o que justificaria, portanto, sua especialização e profissionalização. (TRAQUINA, 2005, p.34).

Com a industrialização e a urbanização das sociedades do século XIX, os jornalistas passaram a reivindicar um “monopólio do saber” (TRAQUINA, 2005, p.34), o que é notícia e sua comercialização, e os jornais passaram a ser encarados como uma atividade que pode render lucros devido ao aumento de tiragens.

A partir de meados do século XIX até a primeira década do século XX, segundo Fidalgo (2008), “os jornalistas mostram empenho em se afirmarem como um grupo profissional”. Segundo o autor é o período em que se assiste ao surgimento de uma verdadeira imprensa de massas, à criação de jornais mais populares, de larga expansão e baixo custo.

A especialização profissional, assim como as transformações do jornalismo se mostram importantes para nossas discussões sobre a educação midiática justamente por demonstrarem a complexidade que o fluxo de produção e a distribuição das informações ganharam em nossa sociedade.

Verifica-se que para além de uma mera opinião produzida por indivíduos quaisquer, há um sistema de regulações, permeado por uma deontologia específica, que fornece particularidades à profissão e consecutivamente ao conteúdo por ela produzido, sendo o letramento midiático uma das ferramentas necessárias para a compreensão dessas especificidades, a fim do leitor ter acesso aos diversos significados que recebe cotidianamente, pelos diversos canais de informação ao qual tem acesso.

No campo da comunicação, mudanças significativas culminaram na Revolução da Informação, alterando a maneira como os indivíduos acessam e consomem informações. Com o avanço das tecnologias em rede houve uma descontinuidade significativa nas bases materiais da sociedade: economia, cultura, comportamento, conhecimento, etc. foram reestruturados.

No âmbito econômico, a informação passou a ser a nova moeda de troca das relações comerciais. É a partir da detenção de determinadas informações e a capacidade das tecnologias de processá-las, que se gera valor. Segundo Castells (2000), essa nova dinâmica caracteriza o capitalismo informacional que a sociedade contemporânea se encontra. Uma maneira global, flexível e de funcionamento em rede que configura a nova maneira de o capitalismo operar, situação bastante diferente daquela do começo da imprensa, em 1609.

Na prática, a aplicação desse conceito de capitalismo informacional pode ser vista no mercado de ações. Antes, os investimentos eram feitos com base nas taxas de lucro, ou seja, a possibilidade de retorno sobre o investimento feito. Com a Revolução da Informação, essa escolha passou a ser em função do aumento de valor das ações das empresas, que nem sempre varia de acordo com questões puramente econômicas, mas depende também de uma integração de diversas outras questões. Sendo assim, a diferença crucial entre a mudança na estratégia de investimento é a ampliação de dados fornecidos e a capacidade de processá-los, que influencia a tomada de decisão dentro do mercado.

Na esfera cultural e social, houve um crescimento na transmissão de produtos midiáticos, modificando a concepção de identificação dos indivíduos. Com a globalização, a transposição de valores passou a ser possível, isto é, valores culturais que antes eram restritos a algumas comunidades, passaram a ser embutidos em produtos midiáticos e transmitidos em rede para a significativa parcela do mundo conectado, causando uma extensão desses princípios. Sendo assim, se antes nos identificávamos com valores próximos a nós, a globalização tornou possível conhecer valores mais distantes e incorporá-los.

Um dos produtos da Revolução da Informação são as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que são todo e qualquer tipo de automação que trate de informações e auxilie nas comunicações. Durante seu desenvolvimento, as escolas foram um palco propício para a aplicação das TICs. Diante do aumento no fluxo de informação, surgiu a necessidade de automação da metodologia de ensino e aprendizagem, possibilitado por essas ferramentas de softwares e hardwares.

Elas surgiram em meados da década de 1970 dentro do contexto da Terceira Revolução Industrial e Revolução Informacional. Porém, tiveram grande ampliação nos anos 1990 com o advento da internet. Nesse novo contexto, a sua inserção na sociedade

teve como objetivo captar e transmitir de forma precisa e rápida as informações, de acordo com Cury e Capobianco (2011).

A implementação das TICs na sociedade se deu de maneira tão efetiva que hoje podemos falar, apesar de toda disparidade, em uma “sociedade da informação”. Uma vez que, de acordo com dados da ONU, 4,1 bilhões de pessoas usam a internet. Mesmo com o abismo social proporcionado pela desigualdade é possível assumir que vivemos em uma realidade, que em boa parte é mediada pelas TICs, o que modifica, de maneira profunda, a forma como se dá a vida em sociedade, as formas de comunicação e as capacidades para se comunicar com eficiência nesse complexo campo de distribuição de informações:

O sentido de sociedade da informação que assumimos [...] possui um enfoque mais profundo na digitalização da sociedade, de modo a analisar a relação íntima entre indivíduos/TIC a qual culmina na reformulação do entendimento que os indivíduos possuem de si e de suas interações com outros indivíduos e com o ambiente (MORAES, 2018, p.13)

Diante das novas condições que as TICs promoveram na sociedade da informação é necessário analisar sua inserção na realidade dos indivíduos e como eles interferem na evolução e adaptação de novas tecnologias dentro das comunidades. “Esses processos sociais de transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que diversos fatores sociais pré-existentes, como a criatividade, o espírito empreendedor e as condições da pesquisa científica que afetam o avanço das tecnologias e suas aplicações sociais” (CASTELLS, 2000 apud WERTHEIN, 2000, p.72).

Isto é, a era da informação é composta por uma relação mútua entre sociedade e tecnologia e que, segundo Castells (2000), esse efeito é denotado pela penetrabilidade das TICs. Uma vez que a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos da nossa existência individual e coletiva são moldados pelos novos meios tecnológicos, mesmo para os indivíduos marginalizados socialmente que não possuem acesso a elas.

Tomemos como exemplo o tempo. Há três mil anos o pensador grego Heráclito (540 – 470 a.C.) formulou que “é na mudança que as coisas repousam”, refletindo sobre como o mundo é movido por um fluxo contínuo de transformações. Porém, esse conceito sofreu uma drástica alteração. Na era informacional possuímos uma quantidade muito grande de dados para processar e transformar em conhecimento aplicável e reestruturador das bases sociais. As novas tecnologias permitiram que a capacidade de processamento

de dados aumentasse exponencialmente e, em consequência, as mudanças se tornaram mais frequentes.

Essa metamorfose paradigmática alterou nossa percepção da passagem do tempo. Os dias ainda possuem as mesmas vinte e quatro horas desde que Heráclito elaborou seu conceito de fluxo contínuo, mas temos a impressão de que os ponteiros giram mais rápido nesse mesmo período, evidenciando uma espécie de dilatação temporal. A partir da aceleração do processamento de informações, somos capazes de gerar mais conhecimento e, portanto, mais mudanças, aquilo que Stuart Hall chamou de “compreensão espaço-tempo” (HALL, 2006 p.69).

Um dos efeitos mais recentes da realidade mediada pelas novas tecnologias é a infodemia. Esse fenômeno se refere à disseminação excessiva de conteúdos específicos em um curto espaço-tempo em um período no qual uma pandemia surge no planeta.

Citar essa movimentação faz sentido uma vez que vivenciamos a pandemia da Covid-19. Fomos obrigados a intensificar a mediação da realidade pelos meios on-line para preservar o distanciamento social: trabalho, ensino e lazer sofreram reconfigurações desde então, antecipando um futuro para o qual caminhávamos de forma gradual. Nesse sentido, observamos um estreitamento na relação entre sociedade e tecnologia, tornando inimaginável a sua dissociação.

Diante do desconhecimento inicial para a cura da doença que acomete milhões de pessoas no mundo, cientistas iniciaram uma corrida na pesquisa sobre vacinas e medicamentos que auxiliem no tratamento da enfermidade. Gráficos, números, planos de ação governamental e instruções para proteção invadiram a nossa realidade e aumentaram consistentemente o fluxo informacional diário, gerando uma situação que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou infodemia.

De acordo com o documento “*Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19*”, podemos definir infodemia como:

(...) um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (OPAS, 2020, p. 2)

Concomitantemente, a busca por essas informações aumentou de forma considerável, entretanto, nem sempre os conteúdos disponibilizados possuem credibilidade, ficando a mercê do discernimento individual, o que causa uma ansiedade generalizada na população e evidencia sua incapacidade de processamento crítico desse novo fluxo informacional. Consequentemente, identificamos falhas na interpretação dos conteúdos midiáticos, acarretando num atrofiamento da democracia.

Ter acesso às informações não garante mais que o conteúdo será apropriado por aqueles que passam a conhecê-lo. A distribuição das informações deve ser acompanhada de uma distribuição do pensamento crítico para que a cidadania seja de fato exercida pelos cidadãos da sociedade da informação.

Se em 1609 os jornais começaram a circular na Alemanha, em 2020, não apenas os papéis começam a ser substituídos pelas *lives*, como a quantidade de informações distribuída é muito mais drástica, preparar as pessoas para esse cenário é um dever tanto da comunidade acadêmica, quanto da comunicação de maneira geral, incluindo aí os profissionais da mídia, em especial os jornalistas.

A Educação Midiática Como Prática Cidadã

A vulnerabilidade da audiência diante da mídia pode ser contornada através do “entendimento da linguagem midiática e como ela se produz; a compreensão das lógicas produtivas dessa indústria informacional, suas motivações e a consciência das condições e possibilidades das mídias como ferramentas” (CAPRINO, 2016, p.9).

Nesse sentido, as ideias de mídia-educação, educomunicação, *media literacy*, letramento midiático e alfabetização midiática trazem competências que garantem o empoderamento dos cidadãos através da compreensão crítica dos dados apresentados pela mídia (WILSON, 2013, p.59).

É importante para a compreensão da potencialidade da educação midiática como ferramenta cidadã entendermos as diferenças das concepções que envolvem as diversas ações ligadas a ela. O primeiro termo, mídia-educação, começa a ganhar protagonismo entre 1950 e 1960, referindo-se, principalmente, a aspectos políticos e ideológicos, visto o período conturbado que os latino-americanos atravessam: auge dos regimes ditatoriais. Nesse sentido, as mídias atuam como resistência, instrumento de luta. (CAPRINO, 2016, p. 10)

Conforme o entendimento sobre mídia-educação tornava-se palpável para a população, a concepção do termo se modifica, dessa forma passando a ser “a *tecnologia educacional*, como ferramenta do planejamento de educação, vista como panacéia para melhorar qualitativa e quantitativamente os sistemas educacionais nos países do terceiro mundo” (BELLONI & BÉVORT, 2009 p.1086). A partir daí, a preocupação em formar novas gerações com capacidade de criticar, discernir, compreender tanto os conteúdos, quanto os conceitos técnicos da produção da informação passa a ser prioridade. As mídias são entendidas, então:

(...) não só como meios de comunicação de massa, cuja leitura crítica é preciso desenvolver, mas também como meios de expressão da opinião e da criatividade pessoais, cuja apropriação é necessária assegurar a todos os cidadãos. Começa a se construir, a partir de então, a noção da mídia-educação como formação para a apropriação e uso das mídias como *ferramenta*: pedagógica para o professor, de criação, expressão pessoal e participação política para todos os cidadãos (BELLONI & BÉVORT, 2009).

Já o segundo, educomunicação, foi ressemantizado pela Universidade de São Paulo, a partir dos anos 70. Segundo Ismar de Oliveira Soares, jornalista e doutor em comunicação pela ECA/USP, ela passou a ser conceituada como “método de ensino no qual a comunicação em massa e a mídia em geral são usadas como elemento de educação.” (SOARES, n.d.). Nesse sentido, o conceito de educomunicação compreende que a educação depende do ato comunicativo e das mídias para a construção do pleno conhecimento. Posto isso, percebe-se que a educomunicação acompanha de perto os fatos do cotidiano, muito além dos livros didáticos, com auxílio dos meios técnicos - rádio, televisão, internet, jornal, revista - para despertar nos discentes e docentes a ânsia pelo processo de aprendizagem.

Em relação ao letramento midiático e a alfabetização midiática, os conceitos vêm como uma das muitas traduções de *media literacy* para os países ibero-americanos. No Brasil, por si só, há uma dualidade na escolha dos termos: alguns ligam alfabetização a um processo mecânico enquanto o letramento teria um teor crítico-compreensivo (CAPRINO, 2016, p.7).

As ideias ligadas à *media literacy* atravessaram um século de transformações, interpretações e ressignificações, tendo o primeiro desenvolvimento na França, por volta dos anos 1920 (CAPRINO, 2016, p.9). Na época, o intuito era compreender o cinema, a nova forma de mídia da década. Hoje, em 2020, o objeto de estudo se expande para a internet e suas possibilidades digitais.

Em suma, mídia-educação, educomunicação, letramento midiático, alfabetização midiática e *media literacy* representam “a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar mensagens em uma variedade de formas” (CAPRINO, 2016, p.8), o que se faz essencial na, já citada, sociedade contemporânea do capitalismo informacional (CASTELLS, 2000).

Há quatro componentes fundamentais na alfabetização midiática: acesso, análise, avaliação e criação de mensagens (CAPRINO, 2016, p.9). O letramento midiático é visto, nas definições de Buckingham, como o estágio final de um indivíduo que é capaz de obter o protagonismo diante dos meios, podendo criar e criticar. Tais características geram a melhoria da comunicação em serviço da cidadania e facilitam a prática e o entendimento da comunicação através do meio midiático (SOARES, n.d.).

É possível perceber que, independente das diferenças semânticas dos termos, todos são circundados pela mesma intenção: promover o protagonismo do cidadão dentro de uma sociedade da informação cada vez mais tecnológica e complexa, auxiliando-o a compreender e ter voz ativa na mídia. E, dessa forma, conduzi-lo a agir e entender a situação adversa de infodemia em que vivemos.

Como já apontamos a comunicação é um direito, e com o desenvolvimento das tecnologias e da grande disseminação das informações compreender este processo é essencial para que os indivíduos possam exercer sua cidadania de maneira plena.

Se a educação midiática já se mostra uma ferramenta eficaz para a promoção da cidadania em locais nos quais a educação possui índices mais elevados, consideramos o contexto brasileiro ela se mostra uma ferramenta essencial.

De acordo com a Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologias nas Empresas, realizada pela FGV-SP, em 2019, existem cerca de dois dispositivos digitais por habitante, totalizando 420 de milhões de aparelhos ativos no país, dentre eles os smartphones tendo destaque com 230 milhões de unidades ativas.

Infelizmente, esta distribuição não se aplica quando falamos da educação no Brasil, o país possui 29% de sua população (38 milhões de habitantes) composta por analfabetos funcionais, de acordo com pesquisa realizada pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, em parceria com o Ibope Inteligência. O que significa que essas pessoas possuem dificuldades cotidianas para se expressar por meio de letras e números.

Ou seja, podemos perceber que a tecnologia está nas mãos das pessoas, porém, isso não é uma garantia de estas saberão ou poderão utilizá-la da melhor maneira. Essa desigualdade evidencia uma nítida potencialidade para o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem ao mesmo tempo a exclusão social e a exclusão digital:

A inclusão digital vem no sentido de estar aproximando comunidades e desenvolvendo mecanismos de inteligência coletiva que possibilitem a elas achar as soluções adequadas aos seus problemas e enriquecer, social, cultural e economicamente. A informática e a internet são importantíssimas para a educação, visto que facilitam as pesquisas e apóiam o desenvolvimento de trabalhos (DE ALMEIDA; DE PAULA, 2005, p. 66)

São inúmeros os exemplos de projetos de educação midiática que fornecem ao mesmo tempo pensamento crítico aos cidadãos e a capacidade técnica para a inclusão digital, facilitando também, mesmo que indiretamente, a compreensão da sociedade da informação.

Foi assim com a Rádio Heliópolis, em São Paulo, uma das maiores comunidades que teve em seu projeto de educação midiática a capacitação dos profissionais que ali atuam, ao mesmo tempo que influenciou seu entorno, sendo a primeira rádio comunitária legalizada na cidade de São Paulo e que além de oferecer entretenimento e informação, trouxe aos agentes da comunidade uma outra forma de ser e estar no mundo:

Em suas mais de duas décadas de atuação a Rádio Comunitária Heliópolis colabora com a disseminação de informação local e na formação de pessoas. Ela ajuda na conscientização, na aproximação entre pessoas, na mobilização social e para o entretenimento. A rádio dá voz aos moradores, tanto para a sua música como na discussão de temas de interesse comunitário. Ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento pessoal e para o nível de conhecimento das pessoas que vêm atuando como protagonistas na emissora. De simples moradores/as e ouvintes, eles se transformam em gestores/as e locutores, criadores de programas, operadores de mesa de som, sonoplastas, entrevistadores, entre outras funções e habilidades (PERUZZO, 2017, p.86)

Assim como esta iniciativa, diversas outras estão espalhadas pelo país, promovendo cidadania e a compreensão da mídia, criando leitores e produtores de conteúdo críticos, que conscientes daquilo que lhes é oferecido pode aceitar ou refutar, considerando sua veracidade e credibilidade.

A atual infodemia, assim como as últimas eleições repletas de desinformação e fakenews nos mostraram que o caminho está começando a ser traçado e que muito é necessário para verdadeiras transformações em nossa sociedade, porém, é notável que a educação midiática é uma prática cidadã.

Considerações Finais

Se a história nos mostra que o jornalismo, aos poucos e durante séculos, construiu sua credibilidade, tornando-se uma profissão socialmente reconhecida na produção de informações credíveis e que orientam nosso dia a dia, vale nossa atenção a compreensão de como seus conteúdos possuem caráter democrático, ao mesmo tempo que servem como forma de promover educação e cidadania.

A educação midiática, mais que um adendo à educação formal, deve ser considerada uma forma de garantir os direitos dos indivíduos na era da informação, já que a tendência é que com o passar do tempo as TICs devam não apenas manter o fluxo informacional como está hoje, mas ampliá-lo de maneira exponencial.

Com nosso trabalho buscamos chamar atenção para esta prática que possui o potencial de ao mesmo tempo diminuir as desigualdades digitais, quanto ampliar o senso crítico da população, permitindo que os indivíduos possam exercer de fato sua cidadania.

As consequências da infodemia que enfrentamos vão desde o descredito a ciência, por meio da desconfiança de remédios eficazes, ou a crença, mesmo que não comprovada cientificamente de substâncias que ao invés de auxiliar, podem prejudicar a saúde dos infectados ou não pela Covid-19.

Cabe a academia, assim como aos jornalistas e demais profissionais da comunicação a compreensão de que para além de suas práticas, saber divulgar seus processos, torná-los acessíveis e inteligíveis ao público é uma ação necessária, não apenas para que haja uma melhoria da qualidade de vida, mas sim, sua própria condição como profissionais habilitados e detentores de uma espécie de saber.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza; BÉVORT, Evelyne; *Mídia-Educação: Conceitos, História e Perspectivas*. Campinas, SP: **Educação e Sociedade**, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>>. Acesso em: 05 out. de 2020.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMPONEZ, José Carlos. **Fundamentos de Deontologia do Jornalismo**. Universidade de Coimbra: 2009 Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12614/3/Tese_Carlos%20Camponez.pdf

CAPOBIANCO, Ligia; CURY, Lucilene. **Princípios da História das Tecnologias da Informação e Comunicação Grandes Invenções**. Apresentado no 8º Encontro Nacional de História da Mídia, 2011, Guarapuava, PR. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/cpedagogica/Capobianco-Principios da Histria das Tecnologias da Informao e Comunicao Grandes Histrias Principles of ICT History.pdf> Acesso em: 3 set. 2020.

CAPRINO, Mônica Pegurer. **Projetos de mídia-educação nas ONGs brasileiras - Relatório de pesquisa de Pós-Doutorado – Programa PNPd/Capes (Relatório científico)**. São Bernardo do Campo: Póscom, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. V.1.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**, Porto: Porto Editora, 2008.

FIDALGO, Joaquim. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**, 2006, 652 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Instituto de Ciências Sociais., Universidade do Minho, Braga, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORAES, João Antonio de. **O paradigma da complexidade e a ética informacional**. 2018. 172 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19. 2020. Disponível em: < https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14&isAllowed=y>. Acesso em: 03 out. 2020.

PERUZZO, Cilíia K. Intersecções entre Comunicação e Educação em práticas organizativas comunitárias. Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. 1ed. São Paulo-SP: **ABPEducom**, 2017, v. 1, p. 80-88. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039/2288>>, Acesso em 5 out. 2020.

PERUZZO, Cilíia K. Movimentos Sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**, v. 11, n.1, p. 33-43, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039/2288>>, Acesso em 5 out. 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Conceito**, n.d., Site ABPEducom. Disponível em: <<https://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - A tribo jornalística**. Florianópolis: Insular, 2005.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf., Brasília**, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2020.

WILSON, Carolyn [et al]. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.